

Déficit muito elevado inviabilizaria opção por um congelamento

16 JUN 1989
por Cláudia Safatle
de Brasília

Na discussão sobre a eficácia de um novo "choque" heterodoxo, com congelamento de preços e salários, que volta e meia surge na área econômica do governo, existe pelo menos um consenso: a inflação somente sairá do patamar dos 19% (estimada para este mês de junho) para um percentual baixo, de um dígito, quando o governo promover a total desindexação da economia. Não se chega a ser, nos ministérios da Fazenda e do Planejamento, avesso ao choque como instrumento de política econômica. Os economistas mais ortodoxos já absorveram a heterodoxia como um mecanismo alternativo. A maior discordância se centra no tempo. Qual seria o melhor momento para um "choque"?

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, descarta totalmente o congelamento de preços e salários como alternativa de curto ou mesmo médio prazo já que ele entende que um déficit fiscal de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, se for atingido, ainda será um nível muito elevado de déficit para viabilizar o sucesso de um "choque". Ontem, o ministro desmentiu qualquer possibilidade de um "choque" heterodoxo no horizonte visível. O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, falando a este jornal, lançou mão do mesmo argumento para descartar o congelamento de preços e salários: o déficit público é muito alto.

Qualquer "choque" heterodoxo deveria, segundo a equipe de economistas do Ministério da Fazenda, ser precedido de uma política de "choque" fiscal que zerasse o déficit. Sem isso, "é melhor nem pensar", recomendam, argumentando que um eventual congelamento, hoje, seria desastroso, pois seria acompanhado por uma recuperação da demanda interna, somente refreada com a prática de elevadas taxas de juro.

Nem todos os economistas que estão no governo hoje, porém, são frontalmente contra a adoção de um "choque". Alguns consideram que a inflação na casa dos 17 a 19% é puramente inercial, fruto da indexação total da economia,

e que esse movimento só se romperia com um choque heterodoxo, com congelamento de preços e salários, mas, concordam, precedido de uma política fiscal duríssima, de forte contenção dos gastos públicos, difícil de se concretizar num período pré-eleitoral.

Cada vez que o boato em torno de um "choque" volta à cena, ouve-se nos corredores dos gabinetes econômicos de Brasília que o presidente Sarney deseja reeditar um Plano Cruzado antes do final do seu mandato. Essa história é verdadeira, segundo uma fonte qualificada da área econômica, tanto que o presidente mencionou esse seu desejo ao ministro Nóbrega, quando o convidou a permanecer como titular da Fazenda. A diferença, porém, é que desta vez os dois ministros que comandam a política econômica são contra um novo "choque" e dificilmente o presidente da República bancará uma decisão deste porte sozinho, acreditam as fontes.

Pelo menos duas perguntas, porém, ficam sem respostas quando formuladas aos estrategistas de política econômica do governo: e se a inflação pular de 17 para 20% e de 20 para 25%, numa escalada sem freios? A resposta, com freqüência, é de que, nesse caso, só um choque reverteria a situação, a segunda pergunta é: se o governo estivesse programando um "choque", ele confirmaria? Claro que não. Portanto, cada especulação em torno dos mecanismos heterodoxos de política econômica demora dias para se desfazer. E só se desfaz com a prática da política ortodoxa.

Coincidemente, em menos de dez dias, o governo autorizou a viagem de três missões compostas de técnicos da área econômica, a três países que experimentaram o choque: Argentina, México e Israel. A primeira, na versão oficial, foi para estudar a reforma bancária que o Banco Mundial ajudou a fazer na Argentina; a segunda para estudar os mecanismos de conversão da dívida e a terceira para ver as técnicas de indexação orçamentária montadas pelo ex-diretor do Ministério da Fazenda que coordenou o plano heterodoxo de Israel, Emanuel Sharon. "A pista estava certa, só que não teve crime nem criminoso", brincou o ministro Costa Couto.